

Uma história feita por mãos negras*

de Beatriz Nascimento

Beatriz Nascimento em busca da paz quilombola

Beatriz Nascimento in search of quilombola peace

por Júlio Evangelista Santos Júnior**

Se a história oficial do Brasil não alcança a totalidade da real história vivida em terras brasileiras, o que nós negros devemos e podemos fazer para mudar tal situação? Quais são, de fato, as contribuições do povo negro para a formação da sociedade brasileira? Os negros aceitaram simplesmente a escravização dos seus povos em África e, conseqüentemente, no Brasil? Qual o verdadeiro papel dos quilombos e suas formas de organização social na formação da sociedade e na história do Brasil? Estas e muitas outras perguntas, que deveriam nos intrigar enquanto sociedade brasileira são pontos-chave ao longo da obra *Uma história feita por mãos negras*, de Beatriz Nascimento – historiadora, escritora, poeta, ativista e intelectual negra brasileira.

Escrever sobre Beatriz Nascimento é compreender que sabemos muito pouco sobre quilombos e sua verdadeira importância em nossa constituição enquanto povo brasileiro. É desconhecer que a *paz quilombola* é um conceito de primazia filosófica ontológica que poderia (e deveria) nortear nossas vidas e mortes, com significância, consciência e autoconsciência, para além das amarras do capitalismo, colonialismo e racismo imperantes e estruturantes da sociedade vigente.

Analisar a obra de Beatriz é também lembrar de outra intelectual negra, Alzira Rufino, e da Casa de Cultura da Mulher Negra de Santos, espaço de resistência e

*Organização de Alex Ratts. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

** Cientista social, advogado e mestrando em Serviço Social e Políticas Sociais pela Universidade Federal de São Paulo, Santos-SP, Brasil. End. eletrônico: julioesantosjr@alumni.usp.br ORCID <https://orcid.org/0009-0008-7531-1176>

enfrentamento à violência doméstica, ao racismo e ao machismo. Esta que, desde os anos de 1990, foi referência para todo o Brasil, teve a oportunidade de conhecer e conviver durante o término da adolescência e início da vida adulta. Quando conheci Alzira eu era um tímido e irrequieto militante preto que, antes de finalmente engrossar fileira nas trincheiras do movimento negro, já flertava com a militância estudantil, com as comunidades negras das escolas de samba, com a vadiagem da capoeira, com o axé do candomblé e com o movimento hip hop pelas quebradas da vida. Aliás, foram nestas encruzilhadas da diáspora (principalmente entre cultura negra, religiões de matriz africana, educação, racismo, antirracismo e a pretensa hipocrisia da sociedade), que percebi a urgente necessidade de me integrar à luta contra o racismo e buscar o conhecimento necessário para tal.

Com Rufino, conheci a encruza, a boca do mundo, o saber praticado nas margens, que constrói tecnologias e poéticas de espanto da escassez abrindo caminhos diversos, nos ensinando a buscar uma constante e inacabada reflexão sobre os nossos atos. Devo a Alzira Rufino os primeiros contatos com a literatura negra e com a militância pan-africanista internacional. Por meio de suas intervenções eloquentes, com falas sempre maestrais, e do extenso acervo etnográfico da Casa de Cultura da Mulher Negra, ‘conheci’ Winnie, King, Malcom, Gilroy, Nelson, Biko, Lélia, Florestan, Clóvis, Abdias, o MNU, a Unegro, o Geledés, os conselhos da Comunidade Negra, dentre tantos/as intelectuais, organizações e movimentos que escreveram, atuaram e lutaram por um país e um mundo melhor.

Essa incansável mulher preta, que se preocupava muito com a juventude negra intelectual e ativista, me apresentou também Beatriz Nascimento. *Uma história feita por mãos negras* é a coletânea de textos da autora, reunidos por seu grande biógrafo: Alex Ratts. A obra impressiona por sua criticidade, fôlego epistêmico e, principalmente, pela preocupação política da autora em operar na dimensão histórico-social das questões de raça, gênero, colonialidade, antirracismo e subjetividade, inclusive com novas perspectivas e abordagens para a apreensão da realidade concreta.

A coletânea conta com 24 textos, ensaios e artigos organizados em ordem cronológica, respeitando suas publicações originais, tendo como núcleo as questões negra, racial e quilombola, dando-nos a oportunidade de acompanhar o desenvolvimento teórico-crítico da autora. O livro, aliás, nos faz (re)visitar o Brasil e a África, (re)pensar novas e velhas formas de abordar as principais formulações que envolvem a história do negro, das relações raciais e de gênero em contextos e épocas tão distantes entre si, mas que nos soam tão próximas, didáticas e úteis ainda hoje.

Se o título já antecipa a ideia central de que a mudança de paradigma se mostrava essencial para uma sincera e efetiva discussão racial no Brasil, questionando os processos científicos de produção do conhecimento, o esforço intelectual de Beatriz Nascimento, percebido ao longo dos 24 textos, confirma a

mudança angular e ontológica da narrativa em que, como bem observou Alex Ratts na apresentação, elege a formação social dos quilombos como base de uma nova interpretação de nação e de mundo (p. 9).

Já na introdução do livro, o biógrafo nos apresenta uma jovem estudante negra nordestina, que ingressa à universidade pública no Rio de Janeiro em 1968; e relata como a aproximação de Beatriz com aquele espaço crítico de saberes coloniais e colonizados e a consequente ruptura que faz a autora partir do momento em que começa a ter contato com outras visões de mundo emancipatórias (p. 7). Sua proposta de escrita de uma história do homem negro por suas próprias mãos e mentes negras, ocorre a partir desse contexto e, sobretudo, de seu conhecimento e apoio às lutas anticoloniais de libertação e emancipação na África, às lutas por direitos civis e os levantes antirracistas nos Estados Unidos, além das manifestações contra a guerra do Vietnã. Soma-se a isso o contexto interno de ditadura militar e todas as movimentações estudantis de contestação e resistência.

Essa ruptura no pensamento e ação de Beatriz Nascimento acontece em um tempo histórico em que a questão racial no Brasil também sofre um ponto de inflexão entre as teses em disputa pela real condição da população negra e a versão historiográfica oficial sobre este contingente na sociedade brasileira. Nesta direção, Clóvis Moura, um dos mais importantes intelectuais brasileiros sobre a questão racial, oferece formulações teóricas de ruptura com o mito da democracia racial e revisita a história do negro demonstrando a insurgência e a práxis revolucionária ao longo de toda a história do Brasil. Como Beatriz Nascimento, o autor piauiense problematiza a imagem dicotômica (negro/escravo) no bojo da sociedade desigual, cuja figura oficial do ‘escravo’ do passado teria ficado automaticamente incorporada ao negro do presente.

A primeira, das quatro partes de *Uma história feita por mãos negras*, denominada “Intelectualidade, relações raciais e de gênero”, traz uma abordagem inovadora para a época, porém bastante atual em sua contenciosidade, das questões relacionadas à democracia republicana brasileira, às relações raciais, em perspectiva de gênero e raça. Todos estes temas são abordados por meio do questionamento central sobre a inclusão da história negra ou da história do negro, considerando a sua subjetividade ontológica, a partir de *uma escrita feita por mãos negras*. Nesta inicial e densa parte do livro, Beatriz Nascimento discorre sobre a ineficácia da democracia contemporânea, que deixa de fora as pessoas negras. A autora defende outra abordagem historiográfica e socioeconômica do estudo da condição do negro brasileiro para além do âmbito cultural e social, que analise aspectos de sua humanidade e singularidade (p. 40). Para ela, a participação do negro na construção da sociedade brasileira, se deu com elementos que vão além da sua força de trabalho e seu sofrimento: participou da mesa, da cama, do pensamento e das lutas políticas do colonizador e de seus descendentes (p. 48). Duas preocupações teórico-políticas ainda compõem esta primeira parte: a dupla discriminação da mulher negra (enquanto mulher e como negra), que dificulta sua inserção no mercado de trabalho;

e a ideia de democracia racial, que nega a existência do racismo e, portanto, impacta na subjetividade de negros e negras. Na obra de Beatriz Nascimento há uma busca permanente pelo protagonismo negro. Esta é uma das características mais fundamentais da inflexão ocorrida nos anos de 1970 em relação à questão racial no Brasil, tendo como marco mais formal dessa ruptura, desse grito contemporâneo de liberdade o momento em que várias organizações, ativistas, estudantes e intelectuais fundam, em 1978 em São Paulo, o Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial, depois denominado somente como Movimento Negro Unificado ou MNU.

Em “Escravidão, fugas e quilombos”, a segunda parte do livro, estão reunidas quatro resenhas e uma réplica, seguidas de mais dois artigos publicados em jornais pela autora. No cerne das discussões estão a escravidão negra e as críticas à forma única e simplista como a historiografia trata o escravidão no Brasil e em outros países da América Latina. A autora, neste sentido, não poupou ironias à “salvadora” princesa Isabel (p. 81). A crítica à forma oficial dos estudos da questão racial no Brasil, que reforça estereótipos, aparece em todas as resenhas e também em sua resposta a um leitor que discorda de suas concepções. Beatriz Nascimento reitera seus apontamentos ao mesmo tempo em que nos oferece uma melhor compreensão do contexto histórico-social da formação social brasileira, assim como da contribuição do povo de Angola e de Moçambique a esta formação. Dois textos encerram esta parte, e em ambos a autora analisa os quilombos, seja recorrendo ao contexto de morte de Zumbi dos Palmares com vistas a fazer uma elaboração histórico-social sobre a formação dos quilombos, enquanto marco regulatório de organização social de resistência e de reafirmação de valores culturais africanos, bem como de seu legado enquanto marco na tradição do povo livre (p. 103); seja ressaltando o fascínio que os quilombos exercem como fato relevante da história dos negros no Brasil (p. 104), diferentemente do Quilombo do Jabaquara que, segundo ela, provocou certa decepção por parte dos negros em geral, pois encontraram uma cidade-favela que em nada correspondia ao ideal de quilombo em que acreditavam (p. 106).

Na terceira parte do livro, que recebeu o sugestivo título de “O quilombo como sistema alternativo”, encontramos as conferências, as comunicações em congressos, os projetos e os relatórios de pesquisa de Beatriz Nascimento sobre quilombos, realizados entre 1978 e 1981. Além do esforço teórico para definir o seu conceito de quilombo, é possível perceber a movimentação da autora entre a academia e a luta política. Chama a atenção, por exemplo, o fato de que sua pesquisa foi financiada pela Casa do Brasil Léopold Senghor, em referência ao revolucionário senegalês, e pela Fundação Ford. E é nesta parte do livro que encontramos os elementos metodológicos e teóricos de sua construção dos quilombos como sistemas alternativos de resistências que não ficaram congelados no passado escravista, mas ao contrário, para a autora, há uma continuidade destes sistemas nos espaços ocupados pela população negra, sendo as favelas a maior expressão desta

continuidade. E propõe um reexame da história do negro, o que, metodologicamente, alteraria a estrutura dos estudos em voga redirecionando o foco da análise do ‘descendente do ex-escravo’ para a análise ‘do negro brasileiro’, o qual, enquanto sujeito constituinte da sociedade brasileira, possuiria uma herança histórica baseada na liberdade e não no cativo (p. 121). Em um estudo de caso desenvolvido na zona rural de Minas Gerais, chama a atenção a sensibilidade da autora em tratar a *paz quilombola* como decorrência de uma organização social de produção, de vida, de homens e mulheres livres, que não está o tempo todo em guerra. Para a autora, a guerra é a exceção da vida no quilombo e é na paz que esse modelo de estrutura social se perpetua como história do Brasil e do negro dentro dela (p. 137). Ao caracterizar o quilombo como uma instituição africana, a historiadora visitou comunidades, inclusive encontrou uma senhora de 110 anos, descendente direta de quilombola, analisou manifestações culturais afro-brasileiras, como o Reinado e o Congado, como expressão da cultura dos quilombos; e visitou a África procurando analisar uma possível ligação entre resistências em Angola e no Brasil (p. 158). Nessa busca pela resistência negra, Beatriz Nascimento atribuiu outro caráter para Canudos, colocando Antonio Conselheiro e o povo de Belo Monte no coração das lutas abolicionistas. Tomando como referência o Recenseamento Geral do Brasil de 1872, a autora identifica uma maioria negra no movimento conselheirista, que talvez tenha contado não apenas com a presença de ex-escravizados/as, mas também com populações pardas e pretas livres (p. 210).

Por fim, a quarta e última parte do livro, intitulada “Movimento negro e cultura”, reúne a produção da autora do período compreendido entre 1985 e 1994. Seus escritos retratam os primeiros anos pós-ruptura real e concreta com o mito da democracia racial, abordando temas como a formação do movimento negro contemporâneo, questões sobre a cultura negra, a diáspora negra, o quilombo e o colonialismo. Neste conjunto, a figura mítica de Zumbi dos Palmares emerge como herói civilizador e legitimador da luta negra no Brasil dos anos de 1970. Beatriz Nascimento analisa a reorganização do movimento negro e da esquerda brasileira, a partir de temas como nação, classe, poder e subjetividade. Seu documentário “Ori” é apresentado a partir de texto que escreve em referência à sua viagem à Florianópolis para exibi-lo. Ali, caracteriza e posiciona historicamente o fluxo e as movimentações políticas de aglutinação de diferentes indivíduos com perspectivas e expectativas sociais em torno de uma identidade racial única: o negro (p. 223). Ao mesmo tempo em que estabelece uma linha do tempo da sua trajetória investigativa, a autora demonstrava como esses fluxos de discussão e teorização de uma narrativa ideológica para as lutas eram influenciados pelas revoluções ocorridas em África e na diáspora, bem como as guerras e suas influências no cotidiano do capitalismo mundializado (p. 229). Beatriz apresenta nesta parte uma questão bastante ousada e diferenciada à época: a questão da mulher negra e o amor. Para além da questão da inserção na esfera produtiva, a autora amplia o alcance da abordagem teórica posicionando o amor e o afeto como dimensões relacionais de existência da mulher negra que perpassam e ultrapassam a dominação masculina, a violência de gênero e,

finalmente, os estereótipos coloniais, que predominam nas relações raciais. Para a historiadora, quando uma mulher preta rejeita a fantasia colonial moderna da submissão amorosa, surge uma preta ativa, que se opõe ao autoritarismo masculino e assume “uma postura crítica, intermediando sua própria história e seu ethos” (p. 235).

No ensaio ‘A luta dos quilombos: Ontem, hoje e amanhã’, a autora sintetiza temas abordados na pesquisa “Sistemas sociais alternativos organizados pelos negros: Dos quilombos às favelas”, no qual a autora elabora conceituações dos sistemas de organização social em África, em especial dos povos banto, as comparando com os quilombos no Brasil, enquanto estabelecimentos territoriais (p. 237). Aponta novamente os equívocos metodológicos da historiografia racista brasileira em relação à história do negro e dos quilombos (p. 238). Os derradeiros artigos que compõem esta quarta parte são dedicados à retomada das análises sobre os quilombos, recuperando o conceito de paz quilombola; fazendo estudos comparativos entre comunidades quilombolas de regiões distintas; e revisita a continuidade dos quilombos nas manifestações religiosas e folclóricas como a Congada, o Caxambu, a Folia de Reis, a Quimbanda, a Macumba, o Candomblé dentre outras (p. 240). No centro das análises está a resistência contra o sistema escravista e contra o capitalismo internacional, tendo o negro como protagonista. Nesta continuidade se encontram não apenas as sociedades secretas e os terreiros como parte do enfrentamento à ordem vigente, mas a autora também ressalta a presença de negros egressos destas lutas, já no séc. XX, atuando, por exemplo, nos sindicatos de trabalhadores portuários, que participaram de episódios importantes da história política brasileira (p. 246). Beatriz Nascimento encerra a coletânea apresentando o quilombo como um *paradigma*, que força sua passagem frente a outros modelos de visão de mundo, com forte contribuição dos africanos no mundo e, em especial, para a organização social na América colonial, por vezes até enquanto Estado (p. 250). O *Kilombo* é, para a autora, força de singularização ontológica negro-brasileira de fortalecimento de corpo e mente como instrumento de luta geográfica e política nestes territórios descontínuos no tempo (p. 251).

Uma história feita por mãos negras apresenta a síntese da genialidade de Beatriz Nascimento, esta intelectual negra que colocou no centro da formação social brasileira o protagonismo negro, com suas lutas e, sobretudo, com sua *paz quilombola*.